

Instituições dos Hititas em Hebron no contexto do Médio Oriente

De entre os povos estabelecidos em Canaã na altura da chegada dos Hebreus, merecem-nos especial referência os Hititas. De facto não podemos duvidar das informações bíblicas a tal respeito, confirmadas, aliás, por outras fontes do tempo, nomeadamente pelas cartas de el Amarna.

Os contactos do povo hebreu com os Hititas, conforme referem os livros da Bíblia, dizem respeito principalmente à época patriarcal e ao tempo das conquistas. Abraão contactou os «filhos de Het» em Hebron quando ele comprou um campo para aí sepultar a sua esposa, Sara (Gn 23). Rebeca, por sua vez, lamentou-se por causa das mulheres hititas, dizendo preferir morrer a ver Isaac casar com alguma delas (Gn 27,46). Sabemos também que Josué teve de enfrentar uma coligação de reis hititas das cidades que pretendia conquistar (Jos 9,1); perseguiu-os até às águas de Merom (Jos 12,8). Mas a verdade é que eles não foram completamente destruídos pelos Hebreus, visto que os vamos encontrar novamente como uma minoria étnica durante a monarquia. São referidos no tempo de Salomão (1 Re 9,20) e mesmo depois do regresso da Babilónia.

Partindo destas informações, é razoável chamar-se a atenção para os Hititas na região da Palestina, interrogando-nos sobre as suas instituições. É certo que as fontes de que dispomos não nos fornecem as desejadas informações quanto ao tipo de governo e instituições no que concerne às cidades estabelecidas em Canaã, nem a arqueologia nos elucida a respeito disso, embora o seu contributo

não seja dispiciendo. Existem, no entanto, alguns elementos de valor na literatura bíblica, quando comparados com os documentos ugaríticos e outros coevos.

O texto mais relevante para a nossa apreciação é o de Gen 23: Abraão pretende comprar um campo para aí sepultar a sua esposa. Parecer-nos-ia que o patriarca, na sua qualidade de comprador, deveria negociar directamente com o possuidor, Efron, filho de Zoar. Mas tal não aconteceu. Foi contactar primeiramente uma entidade social, instituição representativa dos habitantes da cidade. A venda de um campo a um estrangeiro para esse objectivo específico representava na prática a concessão de direitos de cidadania semelhante aos daqueles que viviam em Hebron. Por tal motivo Abraão tem de obter permissão de tal instituição com poder para decidir em nome da população da cidade.

Que órgão de decisão poderia ser esse? O escritor hebreu quando relata este episódio alguns séculos mais tarde, diz-nos alguma coisa a seu respeito e também acerca do lugar onde actuava, que era à porta da cidade, mas parece que não lhe conhecia o seu nome exacto. Fala simplesmente dos *benê Het*, filhos de Het, uma clara alusão à origem dos habitantes de Hebron. Chama-os também *'am a'arez, povo da terra*, o que parece um anacronismo linguístico, uma vez que a expressão do autor não era usada na época patriarcal, e chama-os *boí sha'ar a'ir*, «os que entram pela porta da cidade». De facto esses que entram pela porta da cidade são os que actuam em nome do povo, numa praça pública por onde todos passam e onde todos pedem alguma informação acerca de assuntos de interesse geral. As importantes decisões para a população eram aí tomadas. Somente após a decisão deles é que Abraão se pode apresentar pessoalmente diante do dono do campo que desejava comprar.

A arqueologia em Israel tem mostrado a importância das portas para fins de defesa¹. Por seu lado, os textos atribuem às portas alguma importância social.

No que diz respeito à arqueologia, podemos lembrar Meggido ou Hazor, cuja semelhança com Guezer foi apontada pelo conhecido arqueólogo Yadin², e o mesmo se poderá dizer de Siquém, para que

¹ Ver a propósito um importante artigo de BÁRBARA GREGORI, «The Entrance, Gates of the Middle Bronze Age in Syria and Palestines», in *Levant*, XVIII, 1986, pp. 83-102.

² J. YADIN, «Hazor», in *Bible et Terre Sainte*, XVI, 1959; IDEM, *Enc. of Arch. in the Holy Land*, II, pp. 474-475.

chama a atenção mais recentemente G. Wright³. Podemos também mencionar Yarmuth que está a ser escavada por Pierre de Miroschedji e acaba de publicar um importante volume sobre as suas escavações⁴.

Os textos por seu lado põem uma certa ênfase numa outra função: lugares de encontro onde são tomadas decisões importantes por aqueles que actuam como árbitros ou juizes para a população. Os *boi sha'ar a'iri* identificam-se com a assembleia dos anciãos cuja existência e actividades são bem conhecidas por vários textos de Alakah, de Ugarit e de Amarna⁵. A semelhança entre a expressão hebraica *boi sha'ar a'ir* e a acádica *amilu sā babi* («as pessoas da porta») é bastante estreita, como se pode verificar. Esta expressão acádica pode encontrar-se, por exemplo, num tratado realizado entre Karkemish e Ugarit, segundo o texto publicado por J. Nougayrol⁶. Observe-se a sua semelhança oral e institucional. Nesse texto os *amilu sā babi* e os *maru sā babi* (os filhos da porta) são de facto uma assembleia popular, um órgão com uma função específica em ambas as cidades. Representam as suas cidades neste processo e decidem testemunhando sob juramento. Existem queixas dos dois lados mas as sanções ou compensações que devem ser estabelecidas dependem dessas duas assembleias de cidadãos.

Para além disso, pode notar-se uma identificação entre aqueles que entram pelas portas da cidade e as «pessoas» ou «filhos da porta»

³ G. R. H. WRIGHT, «The City Gates at Schechem», in *Zeitschrift des Deutschen Palastina-Vereins*, Band 101, I, 1985, pp. 1-8. O autor, que estuda especialmente os aspectos de defesa, escreve: «The great quantity of parallel material new assembled illustrates very well the range ground plans of city gates», p. 1.

⁴ Ver «Communication de P. de Miroschedji, Tell Yarmuth 1981-1984», in *Revue Biblique*, 3, 1985, pp. 394-403. Mais importante ainda do mesmo autor é: *Yarmouth 1, Rapport sur les trois premières campagnes de fouilles à Yarmouth (1980-1982)*, Éditions Recherches sur les Civilizations, mémoire n.º 76, Paris 1989.

⁵ O tema dos Anciãos na Síria e na Palestina tem sido estudado por vários autores, merecendo especial atenção: H. REVIV, «On urban representative Institutions and self-government in Syria-Palestine in the second half of the second millenium a. C.», in *Journal of Economic and Social History of the Orient*, 12, 1969, pp. 283-297; M. HELTZER, *The Rural Community in Ancient Ugarit*, Wiesbaden 1976, p. 79.

Àcerca daqueles que entram e saem pelas portas da cidade, ver E. A. SPEISER, «Coming and going at the City Gate», in *BASOR*, 144, 1956, pp. 20-35; G. EVANS, «Coming and Going of the City Gate—a discussion of Speiser's paper», in *BASOR*, 150, 1958, pp. 28-33.

⁶ J. NOUGAYROL, *Le Palais Royal d'Ugarit*, IV, Paris 1956, pp. 158-160, n.ºs 18,115. 11.28. A. L. OPPENHEIM não concorda inteiramente com J. NOUGAYROL em *Ancient Mesopotamia*, Chicago, 1964, p. 93. Por seu lado, H. REVIV concorda com NOUGAYROL num estudo bem documentado: «Early elements and late terminology in the Descriptions of non-Israelite cities in the Bible», in *Israel Exploration Journal*, 27, n.º 4, 1977, pp. 189-196, especialmente p. 191.

e os *anciãos* numa carta enviada por Mada'e ao prefeito de Ugarit. Vejamos o texto:

«Quanto ao assunto dos meus bois que foram roubados pelos homens («pessoas») de Rakba [amilu^M âl ra-ak-b (a-l)]a?...»

Resolve esse assunto. Que me sejam restituídos os meus bois! Mas, se não me dão os meus bois, que os *anciãos* de Rakba (Si ibūtu^M sã al ra-ak-ba). Babiyanu, filho de Yadudanu, Abdu, assim como o seu filho Addunu, seu genro e o «chefe de mil», todos esses homens, vão e entrem no templo e só então fiquem desobrigados»⁷.

Como podemos ver o prefeito de Ugarit reclama a restituição dos bois roubados pelos habitantes de Rakba. A solução da questão é confiada aos *anciãos* (*šibuti*) de Rakba cujos nomes são mencionados. Somente depois do juramento dos cidadãos, a cidade de Rakba deveria pagar pelo roubo praticado pelos seus cidadãos.

A força do juramento dos *anciãos* era de facto requerida para a solução dos casos que diziam respeito à cidade que eles representavam, como podemos ver também numa carta da mesma colecção infelizmente fragmentada: «os *anciãos* de Arutu [amill s ū tu^M] prestaram juramento no teu palácio e eu entrego-os ao meu senhor. Que não se ponha em causa o seu juramento: eles juraram e são puros»⁸.

Desta forma o acádico ajuda-nos a entender a expressão hebraica e permite-nos concluir da existência de uma instituição idêntica nas cidades cananeias que podia não ser muito diferente daquela bem conhecida dos *anciãos*. Tratava-se de um órgão colegial com importantes funções em nome do povo e para os interesses do povo, tendo como lugar habitual para desempenhar as suas funções a porta da cidade.

Mas voltemos aos Hititas de Hebron para perguntar se esta instituição urbana que aí detectamos teria uma origem hitita ou se seria o resultado da influência do meio cananeu ambiental. Nós sabemos que as comunidades hititas onde quer que estivessem estabelecidas mantinham a sua individualidade e os governos locais estavam nas mãos dos *anciãos*, como tudo nos faz ver. Parece que

⁷ Estamos a seguir a versão francesa de J. NOUGAYROL, E. LAROCHE, CH. VIROLLEAND, CL. A. SCHAFER, «Nouveaux textes accadiens et ugaritiques des archives et bibliothèques privées d'Ugarit», in *Ugaritica V*, Paris 1968, n.º 52, pp. 1-30.

⁸ *Ibid.*, n.º 66, pp. 1-10.

nessas cidades não existia nenhuma autoridade acima dos anciãos⁹. Como quer que seja, na cidade capital, nós podemos claramente distinguir mais do que um corpo colectivo que interferia na acção do governo, apesar da existência de um rei. Bastaria recordarmos as palavras que o rei Hattushilish dirigia ao seu filho Murshilishi: «Os anciãos de Hatti não falarão contigo, nem o homem de ... nem Khemmuwa nem (o homem) de Tamalkiya, nem o homem de ... nem qualquer pessoa do povo ou do país falará contigo»¹⁰.

Ora isto implica provavelmente que o rei devia ter sempre a informação e a instrução do processo através dos seus ministros, como diz Gurney. Estas palavras foram dirigidas a uma assembleia constituída pelos homens representantes de todo o corpo (de anciãos) e dos dignitários, ou seja, todos aqueles que tinham responsabilidade pelos negócios do estado. É evidente que os anciãos e as pessoas do país não estavam no meio deles. Poderemos evocar as instituições dos antigos sumérios, como aquela que parece supôr-se quando Gilgamesh consultou a assembleia das pessoas da cidade e os anciãos da cidade de Uruk sobre uma questão de guerra ou de paz.

A assembleia convocada por Hattushilish era de facto um corpo social ou um órgão de governo com direitos que limitavam o poder do rei. E sabe-se como o poder da nobreza foi particularmente importante durante o Antigo Império, sendo mesmo frequentes as hostilidades entre a nobreza e o rei.

Para além desta assembleia de nobres, havia na cidade uma outra de carácter popular, como se depreende do edito de Telepinu, habitualmente conhecida por *pankus*. Possuía uma função importante no estado, nomeadamente com funções judiciais.

Seria difícil estabelecer alguma conexão entre um desses órgãos institucionais e aquele que nós podemos distinguir em Hebron com poder de decidir. Como quer que seja, isto ajuda-nos a confirmar que não seria de estranhar que os Hititas tivessem alguma instituição urbana em Hebron que poderia actuar como um corpo colectivo com inteira responsabilidade em assuntos políticos e administrativos da cidade.

Parece-nos, como quer que seja, neste caso específico, que a origem de tal instituição não deverá ser procurada em Hatusas,

⁹ O. B. GURNEY, «Early Hittite Society», in *The Cambridge Ancient History II*, part I, 1978, pp. 251-255.

¹⁰ *Ibid.*, p. 252.

mas deveremos vê-la à luz do contexto ambiental dos Cananeus, uma vez que instituições como esta podem ser detectadas em várias cidades de Canaã. Se não vejamos:

Recordemos para começar o episódio referido em Gen 34: «Dina, filha de Jacó, fora raptada e violada por Siquém, facto que deu ocasião a vingança e mais tarde ao estabelecimento de relações entre o clã de Jacó e os habitantes da cidade de Siquém. Neste caso, a decisão final devia ser tomada pelo governador de Siquém cujo nome era Hamor, referido no texto como *nassi a'arez*. Entretanto ele devia submeter o caso à apreciação dos *anshé a'ir* ou seja aos homens da cidade. Somente após a sua decisão, Hamor transmitiria isso ao clã de Jacó. Note-se que Hamor parece agir como rei, mas o seu poder não é absoluto. Existe uma instituição constituída por pessoas livres, certamente por homens que viviam na cidade que tinham de decidir primeiro, para ele depois executar. Que espécie de assembleia seria essa que o escritor hebreu designa por *anshé a'ir* e que actua perto da porta da cidade como em Hebron?

Procuremos de novo paralelos extra bíblicos que nos podem elucidar. Os documentos acádicos de Ugarit e de El Amarna referem-se a uma instituição conhecida por *maru* (filhos) ou *amilu* (pessoas) da cidade. Vejamos por exemplo a carta enviada pelo rei de Ugarit propondo a maneira de resolver certas questões. Uma dessas questões era a propósito de uma mulher cujo marido fora assassinado: «Quanto ao assunto da mulher a quem mataram o marido em Arzigana, com o filho de Hutiya, assunto que me confiaste, eis o que eu digo: que os homens de Arzigana (*amílû*^{M al} *arzigana*) vão jurar a Arruwa! Que eles aí declarem sob juramento: Nós não matámos na nossa cidade o marido dessa mulher, irmão de Ahdianatum. Nós não sabemos quem poderia tê-lo morto. Que eles jurem (assim) (e) que a causa desta mulher perca os seus direitos. Mas, se os filhos de Arzigana (*mârû*^{M al} *ar-z(i-g) a-na* fogem ao juramento, então, da mesma forma que pagaram uma indemnização aos filhos de Hutiya, assim eles pagarão uma indemnização a esta mulher entre as suas mãos»¹¹.

Como se vê, os problemas de indemnização são decididos por uma entidade chamada *amilu* ou *maru* de Arzigana, tal como aconteceu em Siquém com os *anshé a'ir*, «os homens da cidade». A expres-

¹¹ J. NOUGAYROL e outros, *op. cit.*, n.º 27, pp. 40-55.

são encontra também alguma correspondência nos textos assírios e babilónicos, tal como nos textos ugaríticos. Se tivéssemos a oportunidade de os analisar atentamente, chegaríamos mesmo à conclusão de que se trata de uma instituição diferente daquela que ficou conhecida por conselho de anciãos.

Há aqui alguma semelhança com as duas assembleias conhecidas em Hatusas no tempo de Hattushilish. Havia de facto uma assembleia constituída pelos «constituintes» e dignitários e outra pelos anciãos.

Em Canaã, onde se insere o caso de Hebron, verifica-se que, apesar do contexto cananeu, o esquema de governo não difere do que era também próprio dos hititas: havia duas figuras institucionais distintas: uma assembleia dos *anshé a'hir* («homens da cidade») e o chefe político que não é chamado *melek* (rei) mas *nassi*. É mesmo natural que em Hebron, apesar de o texto bíblico não falar de rei, existisse de facto aí monarquia. Efectivamente uma recente descoberta de uma tabuinha refere-se ao rei de Hebron, como nos informa o Prof. Heltzer da Universidade de Haifa¹². E este não é o único caso, pois são conhecidos outros exemplos de governadores de cidades. Recordem-se os nomes de Ilirabik de Biblos, de Lulu de Tunip, de Labaia de Siquém. Esses governadores dependem, no exercício das suas funções de instituições urbanas às quais eventualmente poderão presidir. As cartas de el-Amarna e a narrativa bíblica a respeito de Siquém (Jz 9,20ss.) são elucidativas a tal respeito¹³. Este exemplo de juizes tem para nós especial interesse apesar de se situar nos séculos XII ou XI a. C. Fala-se aí dos *baalé shekem*, os senhores de Siquém, designação vaga que pode não corresponder aos anciãos mas a uma determinada assembleia ou grupo de cidadãos com funções de decisão na cidade em nome do povo.

Curiosamente, neste caso, eles não se reúnem às portas mas num lugar público conhecido pelas suas tradições religiosas e culturais. Reunem-se «junto do terebinto da estela que havia em Siquém» (v.6). Foi ali que os «senhores de Siquém» proclamaram rei a Abimeleque. E, pelo decorrer do relato, pode verificar-se que decidem também outros assuntos importantes da vida da cidade: administram o tesouro

¹² Tal informação foi dada durante o «XXXIV Rencontre Assyriologique Internationale», em Istambul, Julho, 1987.

¹³ H. REVIV, «The government of Schechem in the El-Amarna Period and in the days of Abimelech», in *Israel Exploration Journal*, 16, 1966, pp. 252-257.

do templo e podem mesmo utilizá-lo para interesse colectivo; expulsam um cidadão e podem chamá-lo de novo a fim de dirigir operações militares em caso de guerra. A designação de *baalê* (*senhores de*) encontra-se no caso de Siquém, tal como se pode ver noutros casos, por exemplo em Guibeia (Jz 20,5), em Jabes (IISam. 21,12), etc. Parece sempre designar uma assembleia popular mais vasta que a dos anciãos, embora, certamente, não se alargue a todos os habitantes¹⁴. A indeterminação da palavra *baalê* não permite mais precisões.

Dois outros casos do tempo dos juízes poderão ainda permitir avaliar das instituições democráticas no governo das cidades cananeias de então. O primeiro lê-se em Jz 8,1-16. Relata-nos uma importante campanha militar de Gedeão por terras da Transjordânia contra os reis madianitas. Depois de ter atravessado o Jordão, dirige-se a Sucot e pede aos *anshé Sucot* («homens de Sucot») que ajudem na guerra fornecendo aos seus soldados as provisões necessárias. Confrontados com esta questão, de consequências militares e também políticas, não dão a resposta que Gedeão pretendia. Mas curiosamente, embora sejam eles que analisam a questão, não são eles que vão transmitir a resposta a Gedeão. São os *sarê sucot* (seríamos tentados a dizer os principais de Sucot) que vão dizer serem exigidas garantias. Tratava-se na prática de uma resposta negativa que obviamente não agradaria a Gedeão e lhes prepara adequado castigo. Não valerá a pena analisarmos em pormenor o texto onde se evidencia uma discrepância verbal, mas facilmente se nota que existiam aí duas instituições: uma de carácter mais amplo designada por *anshé* («homens de»), tal como encontramos no Génesis a propósito do episódio de Dina e do acordo de paz e boa vizinhança entre o clã de Jacó e o dos haveres de Siquém; outra constituída pelos anciãos. Embora os primeiros intervenham na solução do mesmo caso, são os segundos ou sejam os anciãos que têm mais responsabilidades. Por isso são eles os que sofrem o castigo por parte de Gedeão. Num e noutro caso trata-se de órgãos colegiais, embora com responsabilidades diferentes.

¹⁴ Ver sobre este ponto H. Reviv, «Jabesh-Gilead in I Samuel 11,1-4 — characteristics of the City in Pre-monarchic Israel», in *The Jerusalem Chatedra*, 1981, pp. 1-8.

¹⁵ Tivemos a oportunidade de incidir nos aspectos linguísticos e consequentes problemas de tradução em: «Quelques termes bibliques relatifs à des institutions anciennes», in *Meta* (Revue des Presses de l'Université de Montréal), vol. 31, 1, 1987.

A maneira de conclusão

As cidades cananeias que atemorizaram os Hebreus e ainda hoje nos impressionam pelas imponentes ruínas que a arqueologia põe a descoberto possuíam, para além das suas fortes estruturas físicas de defesa, instituições de considerável importância na vida política, social e administrativa.

Tais cidades reflectem uma fase importante no processo civilizacional durante a primeira parte do segundo milénio.

Em Hebron como noutras cidades, o governo não estava nas mãos de uma só pessoa. A administração da cidade e a decisão em matérias de importância para a população eram da competência de um corpo colectivo representativo do povo.

Embora os Hititas tivessem nas suas cidades instituições deste género, podemos pensar que no tempo de Abraão, as instituições de Hebron (que pertencia aos filhos de Het) devem ser entendidas à luz do contexto ambiental cananeu. Mais ainda: pelo que conhecemos da Mesopotâmia, parece ser sistema generalizado em todo o Médio Oriente Antigo, ao menos no segundo milénio a. C.

Na realidade o texto de Gen 23 reflecte a história política e institucional da época não só em Canaã mas em mundo mais vasto.

ANTÓNIO A. TAVARES